

## **FRONTEIRAS ETÉREAS, DIÁLOGOS POSSÍVEIS IDENTIDADE E CULTURA DE GÊNERO NO MUNDO DOS TRABALHADORES\***

Mirta Zaida Lobato  
*Universidad de Buenos Aires*

### **Resumo**

O artigo estabelece aproximações e distanciamentos entre as discussões que cercam o mundo do trabalho e os estudos de gênero, traçando um panorama na produção acadêmica latino-americana, norte-americana e européia na área.

**Palavras-chave:** mundos do trabalho – estudos de gênero.

### **Abstract\*\***

The article establishes approximations and distances between discussions that surrounds the world of work and gender studies, setting out a view in the latin american, north american and european academic production in the area.

**Key-words:** worlds of work – gender studies.

A participação nesta reunião é uma boa oportunidade para tentar trocar com vocês algumas idéias e enfrentar, juntos, o desafio que implica abordar as inumeráveis dimensões relacionadas ao mundo do trabalho em uma direção que considere por sua vez as complexidades que nos estabelecem as questões de gênero. Na convocatória do evento e no título escolhido – *Trabalho, Cultura e Poder* – vocês definiram um território. O que quero dizer é que se marcou um território com tudo que isto implica, pois se assinalam os limites, as linhas, os caminhos, os períodos e esta operação está incluída dentro de um marco ideoló-

---

\* Este trabalho foi apresentado durante o X ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA "TRABALHO, CULTURA E PODER", realizado Universidade Federal de Santa Catarina. Agradeço aos membros da comissão organizadora e científica e em especial aos professores Rogério Luiz de Souza, Adriano Duarte e Jo Klanovicz pela amabilidade com que fui recebida. Tradução: Ana Brancher e Daniely Wendland.

\*\* Tradução: Maty Gueye, matylice@hotmail.com.br

gico, de uma racionalidade determinada e de um campo disciplinar que reconhece, distingue e legitima saberes. A disciplina *história* e os *estudos de gênero* têm marcado ao longo das últimas décadas suas fronteiras e também seus dilemas epistemológicos e políticos, e os olhares que deles surgem, se imprimem em códigos disciplinares e se relacionam com as situações institucionais, sociais, nacionais, geopolíticas e internacionais. Deste entrelace surge um complexo de tradições nacionais ou continentais de pensamento que favorecem a compreensão de um determinado campo de conhecimentos. E nesse sentido me atrevo a dizer que ainda admitindo minha ignorância sobre a historiografia do trabalho e de gênero no Brasil, o panorama que vocês possuem aparece como altamente produtivo e desafiante em quase todos os terrenos.

Em contraposição, durante muito tempo as investigações na Argentina estiveram limitadas em ambos os pólos da equação, ainda que os estudos de gênero tenham se tornado em muito mais dinâmicos, sobretudo com a institucionalização dos centros/institutos de estudos de mulheres e/ou gênero e foi recentemente, com a posta em cena das manifestações de desempregados, poupadores e assembleístas no ano de 2001, que começou a retomar-se o interesse sobre as problemáticas trabalhistas, as experiências dos pobres, suas manifestações conflitivas, o papel do Estado e o clientelismo político tanto dentro dos partidos tradicionais com naqueles de esquerda. Muitas das novas investigações são resultados do interesse promovido por grupos militantes, inclusive nas universidades. Em um nível mais geral está presente também a preocupação pela história do movimento dos trabalhadores em suas versões clássicas e nos últimos anos foram realizadas numerosas reuniões, congressos, seminários para analisar as transformações fundamentais que se produziram no mundo do trabalho e na história dos movimentos sociais.<sup>1</sup>

Talvez pareça um tanto pessimista, mas nas últimas décadas o interesse acadêmico pelo estudo das experiências proletárias tem sido limitado e é um traço comum da literatura sócio-histórica em muitos países, ainda que a realização deste evento pareça desmenti-lo. Em contraposição os estudos de gênero estão se ampliando advertindo-se uma ampla variedade de temas, problemas e grupos. Tanto para a história do trabalho como para os estudos de gênero verifico que muitas das avaliações, em particular as que se realizam nos países do hemisfério norte, mais precisamente no mundo anglo-saxão, desenham um mapa onde a produção dos e das latino-americanas está praticamente ausente. Não quero adjudicar-lhes estas omissões aos “outros”, porém não posso deixar de assinalar que o que se considera como novidadeiro, depende da circulação dos saberes e que elas estão relacionadas com questões econômicas, sociais, ideológicas e institucionais que também nós contribuimos para construir.



A realização deste encontro onde se unem as problemáticas do mundo do trabalho e de gênero constitui um espaço de discussão atraente para estabelecer alguns problemas e desafios que surgem dessa conflitiva e antiga relação. Tratarei então de refletir sobre a possibilidade de uma leitura de gênero do mundo do trabalho, ou, melhor ainda, de uma generização das experiências de trabalho.

O termo história do trabalho encerra uma ampla diversidade de temas e problemas assim como é suscetível de diversas interpretações. Por um lado refere às transformações históricas das condições de trabalho no duplo sentido de trabalhos realizados, dos salários, horários, salubridade das fábricas e oficinas, aos que se podem agregar escritórios, escolas, hospitais; por outro lado se vincula com as análises das organizações de trabalho e das ideologias que buscavam organizar, dirigir e orientar os trabalhadores. Como já foi assinalado em diversas oportunidades, a história do trabalho era a história da classe trabalhadora e ela só ocasionalmente incluía as mulheres. Na realidade boa parte da historiografia do trabalho que se designa como tradicional coloca em destaque a dicotomia existente entre uma maioria de mulheres, vítimas e submetidas quando não indiferentes e uma minoria de mulheres rebeldes, de dirigentes políticas e sindicais.

Com a designação de “mundo do trabalho” vocês estão definindo um espaço de neutralidade que possibilita a inclusão das mulheres nesta história. Meu título, em troca, possivelmente como produto da persistência de elementos residuais em minha própria formação, mantém a designação de mundo dos trabalhadores com o esclarecimento desestabilizador de identidade e cultura de gênero. Talvez possa parecer uma caminhada absurda por palavras que careçam de sentido, porém também não o é pensar o mundo do trabalho termos masculinos? Significa isto uma análise *generizada* da dimensão trabalhista centrada na experiência dos varões porém atendendo as implicâncias que isto tem? Inclui a especificidade da experiência do trabalho feminino? É possível reorganizar a descompaginação geral do livreto original que a rebelião do coro produziu em particular o feminino? Como analisar a experiência dos e das desempregadas, dos e das trabalhadoras flexibilizadas, com jornadas imprevisíveis, contratos precários e salários que nem sequer cobrem as mais elementares necessidades? Vale a pena discutir se existe uma neutralidade de gênero que em sua formulação compatibilize a experiência coletiva masculina e feminina? Em todo caso, essas perguntas e a coexistência das duas denominações neste encontro estadual de história falam da persistência das dificuldades para estabelecer pontos de encontro, mas também da busca de um diálogo possível.

A rebelião do coro deu lugar a uma abundante literatura sobre a relação gênero-trabalho, mas seu desenvolvimento é desigual em cada país. Enquanto na Europa e Estados Unidos é possível encontrar uma copiosa produção que per-

mite discutir os critérios que sustentam a divisão sexo/gênero do trabalho, os ofícios, o trabalho doméstico e as políticas públicas, na América Latina a produção não somente é menor em quantidade, mas também sumamente desigual em cada um dos países da região, ainda que como já assinalei, a historiografia brasileira se apresenta sempre como mais dinâmica que a de outros países do cone sul, inclusive em relação a Argentina. O número de teses defendidas no Brasil e a quantidade de publicações sobre trabalhadores, vida fabril e sindical assim como as vinculadas com as profissões de mulheres, os temas relacionados com a saúde e as profissões, em particular a medicina e a educação, marcam uma notável diferença. Claro que se observarmos detidamente os valores percentuais dos temas da história relacionados com questões de gênero é provável que eles sejam mais ou menos similares nos dois países, em 2% das cifras totais e o elemento comum é que a maioria dessas pesquisas foram realizadas por mulheres.<sup>2</sup>

Quisera então refletir sobre a maneira em que a história das mulheres toma parte de um balanço crítico da história social do trabalho a partir de minha própria experiência como pesquisadora que tem tentado juntar ambas as partes para explicar o trabalho em uma comunidade de trabalhadores. De maneira expressa coloco o vocábulo história das mulheres porque se é verdade que utilizo a categoria de gênero de Joan Scott para dar conta das relações de poder, da cultura e das normas que se encontram na base das relações assimétricas e hierárquicas entre as pessoas, o uso da noção gênero teve outras derivações na última década que, ainda que relevantes, dizem pouco sobre o tema nodal que o movimento feminista levantou dentro da história do trabalho. Por outro lado, creio que as pesquisas sobre representações, corpo e sexualidade têm permitido uma ampliação notável do conhecimento histórico e sociológico, mas não preenchem com novos conteúdos o mais específico de uma história do trabalho. Poderia agregar que rapidamente se abandonam temas e questões deixando enormes vazios por preencher.

A rebelião do coro, impulsionada pelo ativismo do movimento feminista tem demonstrado, sobretudo se se consideram os aportes dos estudos sociológicos (mais que os históricos), que os empregos não são neutros e que estão fortemente impregnados de noções e práticas que atribuem destrezas, habilidades, exercício de autoridade e de poder de maneira diferente para mulheres e homens. Desde o ponto de vista da disciplina histórica se pode afirmar que a historiografia na América Latina começou a escrever a história um pouco mais tarde que nas outras regiões, aceitando às vezes acriticamente uma categoria de gênero que necessitamos analisar e conhecer melhor e, em contraposição, as análises históricas e sociológicas sobre as classes sociais e “a classe trabalhadora”, ainda que tenham sido atravessados pela crítica feminista, não prestaram ainda sufici-



ente atenção ao entrelace das relações de classe e gênero. Em um nível, e desde meu ponto de vista, o que se destaca é a persistência de um velho problema; o dos desencontros entre história do trabalho e experiência das mulheres.

O deslocamento do conceito de classe que o uso da categoria de gênero produziu, inclusive mais além das declarações sobre a necessidade de inter-relacionar classe, etnia e gênero, gerou certos deslocamentos nos interesses das investigações para outros territórios como os discursos sobre a sexualidade e poder ou o vasto campo das representações. Somente como exercício de memória, quisera recordar que a noção de classe difundida pelo marxismo tradicional colocava dois problemas. Por um lado a apropriação do trabalho excedente por parte do capital colocava um sério inconveniente quando havia que analisar o trabalho doméstico. Por outro lado, a análise empírica a partir da noção mais universal de trabalho como território do público/masculino tornava problemática a identificação da presença das mulheres nos âmbitos trabalhistas ou se considerava que sua participação era escassa<sup>3</sup>. Trabalhos recentes têm demonstrado a importância da concentração de capital e de mulheres nas indústrias em vários países latino-americanos desde os fins do século XIX<sup>4</sup>. Também a respeito dos inconvenientes relacionados com os vínculos entre classe/trabalho/gênero havia que agregar as dificuldades da história do trabalho para produzir uma ampla renovação e aprofundamento dos estudos respectivos, seja pelo peso dos condicionamentos internos como pelos desenvolvimentos no campo acadêmico internacional.

Além disso, o campo da produção atenta a dimensão do gênero excede ao específico da disciplina histórica e abriga os debates da filosofia e da antropologia feminista, dos estudos subalternos e da crítica literária assim como refere a uma revolução teórica na compreensão dos conceitos de arte, cultura, mulher, subjetividade, política; claro que de nenhum modo estou sugerindo que haja unidade no campo teórico, na perspectiva de análise adotada ou na posição política que se assuma.

Quais núcleos temáticos ou de debates se podem desagregar dos estudos sobre o mundo do trabalho? As primeiras investigações se desenvolveram a partir dos anos sessenta e com mais força na década seguinte. Foi com o início do “decênio da mulher”, quando começaram a surgir alguns trabalhos – fundamentalmente a partir da demografia e da sociologia – que delineavam a preocupação sobre quantidade e a qualidade da participação feminina no mundo público do trabalho relacionando-o com a “decolagem” ou o “desenvolvimento econômico” que até então se pensava como possível para os chamados países do Terceiro Mundo. As pesquisas de sociólogas e demógrafas introduziram em nosso meio as discussões sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho; idade, estado civil, educação, condição de migração, localização urbana-rural, a discriminação ocupacional por sexo, os problemas deriva-

dos da medição do censo da mão-de-obra feminina e do trabalho doméstico e as teorias acerca da oferta de mão-de-obra, em particular a denominada “curva em U”.<sup>5</sup> Centradas no tema das medições, se continua no trabalho que se realiza atualmente para incorporar à informação estatística o trabalho precário das mulheres e das donas-de-casa. Recentemente na década de oitenta do século XX, este grupo pioneiro se orientou a examinar o mundo das representações simbólicas acerca do trabalho doméstico/extradoméstico das mulheres e sua incidência sobre a participação no mercado de trabalho.<sup>6</sup>

As análises sobre mercado de trabalho, as características da demanda e da oferta assim como a existência de mercados de trabalho duplos e segregados têm sido sensíveis à incorporação da dimensão de gênero. Por exemplo aqueles que sustentam a existência de dois mercados de trabalho, um primário e outro secundário segundo os termos e as condições de emprego, sustentam que no primeiro se oferecem altos salários, boas condições de trabalho e segurança no emprego e que em troca no segundo a remuneração é mais baixa, há maior instabilidade e que as possibilidades de prosperar são menores. A maioria das mulheres trabalhavam (e trabalham) no segundo setor. A esta idéia sobre a existência de mercados duplos se pode somar a segmentação por sexo/gênero tal como aparecem nos livros provenientes da área da economia e da sociologia.

A literatura sociológica oferece um espectro bastante amplo de visão que permite explicar as mudanças nas formas e na organização do trabalho, a natureza do mesmo, as relações que estabelecem nos âmbitos trabalhistas e a magnitude das mudanças técnicas. Sem dúvida a maior parte destas questões tem sido colocada com mais força nos últimos anos, ao calor no calor das mudanças e nos processos de trabalho industrial e nos regimes de acumulação capitalista. A Teoria do Processo de Trabalho permite pensar as relações entre natureza do trabalho e formas de conduta e consciência social. A perspectiva que enfoca sobre os ditos processos coloca a atividade básica de transformação dos bens prestando atenção a tecnologia empregada porem também à dinâmica em que se produzem os antagonismos de classe (alguns enfatizaram a produção do consenso ou a construção da hegemonia nas fábricas). O tema tem tido continuidades e na formulação do debate sendo das questões centrais em sua expressão prematura: 1) os problemas vinculados com a perda de autonomia dos trabalhadores e 2) a chamada degradação do trabalho, além da ênfase posta nas variações da qualificação, o mercado de trabalho e as resistências dos trabalhadores<sup>7</sup>. Sem dúvida, ainda que o debate seja importante e a crítica feminista tenha posto em questão essas formulações, se pode assinalar com as palavras de Martin Roldán que “as teorias podem usar diferentes conceitos e noções para descobrir e designar uma variedade de atores e seus trabalhos como paradigmáticos, ou, pelo contrário,



negar a existência daqueles que não se ajustam a esses marcos condenando-os ao esquecimento, relegando-os ao mundo fora das fronteiras da teoria, da investigação, das prescrições de políticas públicas e da negociação contratual”.<sup>8</sup>

Atendendo a dimensão da desigual divisão do trabalho de acordo ao sexo/gênero, minha própria investigação sobre o trabalho nas indústrias de carne e têxtil de uma localidade da província de Buenos Aires, dominada pelas grandes empresas de capital oligopólico, inclusive a noção de processo de trabalho, e na minha perspectiva isso permite *generizar* o estudo de um grupo específico de trabalhadores enfatizando sobre o caráter sexuado dos postos de trabalho, as qualificações e salários assim como o exercício do poder nas fábricas e no sindicato, as identidades de gênero se produzem e reproduzem no trabalho, na cultura das fábricas e oficinas é um campo tensionado por múltiplos fatores; nesse espaço se liberam várias batalhas: as que enfrentam os trabalhadores, patrões e estado, as relacionadas com o desigual acesso aos bens econômicos e simbólicos entre homens e mulheres e as que se produzem entre distintos grupos étnicos. Ao generizar o lugar de trabalho é possível analisar e explicar as relações entre os trabalhadores (homens e mulheres) e não somente entre empresários e trabalhadores e tratar de compreender as diferenças existentes entre homens e mulheres, entre mulheres solteiras e casadas, entre jovens e adultas, entre trabalhadores nativos e imigrantes homens e mulheres.

A demanda de generização das teorias econômicas e sociológicas foi realizada a nível internacional por economistas, sociólogas, filósofas e antropólogas feministas mas não houve (nem há) um traslado automático das teorias à análise das práticas sociais. Ainda que a incorporação da dimensão de gênero aos estudos do trabalho tenha sido amplamente colocada desde um ponto de vista teórico, na prática os componentes de diversos modelos explicativos se justapõem, modificam e complementam produzindo os traços que diferenciam a cada uma das atividades nas distintas regiões. Por exemplo, as noções de qualificação e desqualificação mais além das teorias que as informam adquirem densidade enquanto expressam um sistema hierárquico de valores. Há tarefas que se naturalizam ao ponto que se perde de perspectiva o processo histórico no qual surgem. Por outro lado, com a difusão de novos conhecimentos o uso de certas categorias descontextualizadas favorecem às vezes generalizações sobre a base de premissas pré-estabelecidas que pouco explicam a heterogeneidade e peculiaridade das distintas experiências nacionais e regionais e prestam escassa consideração às continuidades e descontinuidades do processo histórico.

Como assinaei em outras oportunidades, os trabalhos nas fábricas da Argentina, em particular dos frigoríficos, não foram, desde tempos imemoriais, valorizados de maneira tão díspar, tampouco fazem parte de um passado mítico

onde os trabalhos de homens e mulheres se complementavam; na realidade se afirmaram desde os fins do século XIX, quando se transformaram os velhos salgadeiros em frigoríficos e quando se consolidaram certas noções associadas a “natureza feminina” junto à difusão de um pensamento científico que se apoiava fortemente na biologia.

As derivas do pensamento científico alimentaram relações contraditórias entre homens e mulheres, as desigualdades e as hierarquias e, como assinala Arlette Farge em seu ensaio de historiografia para o caso francês, se foi consolidando a noção também de uma complementaridade de subordinação<sup>9</sup> na medida em que se codifica e valoriza de modo diferente não somente o aspecto técnico implícito em todo o trabalho, mas também as habilidades e destrezas necessárias, inclusive a capacidade para exercer a autoridade. Os estudos de casos permitem examinar competências, salários e no plano normativo sua introdução nos acordos coletivos de trabalho e a legislação e intervenção estatal nas relações trabalhistas.

A construção da desigualdade corre de mãos dadas com formação das classes trabalhadoras. Tem momentos de desaceleração e ofuscamento, há períodos de franca oposição e outras de indiferença e consentimento. Às vezes deriva em certa tranquilidade associada com os êxitos obtidos pelas mulheres nas últimas décadas do século XX, tal como assinalou Michelle Perrot em um artigo jornalístico publicado recentemente em um jornal de Buenos Aires (penso por exemplo no plano político com a aceitação das cotas para mulheres dentro dos partidos políticos). Esses ganhos ainda que positivos, encarnam, sem dúvida um perigo, pois se corre o risco de perder o foco de muitas das ameaças do passado. O caso argentino poderia ser um claro exemplo se se consideram os altos percentuais de emprego precário (maior entre as mulheres que entre os homens), o maior desemprego entre as jovens e o crescimento do número de casas com “chefes de família” femininas. Com efeito, segundo o Boletim de Estatísticas Trabalhistas do Ministério do Trabalho e Seguridade Social em 1996 e 1997 entre 86,3% e 83,2% dos contratos trabalhistas tinham duração indeterminada, além disso, de acordo com Pesquisa Permanente de Lares da Cidade de Buenos Aires a evolução da chefia de casa por mulheres passou de 8,6% em 1960 para 31,6% em 1991, em Buenos Aires dos 3,9% para 20,6%; e em uma província como Santiago Del Estero, secularmente pobre e que expulsa habitantes, passou de 7,4% a 24,4%, além disso, a taxa de desemprego na faixa etária dos jovens, quer dizer, até os 24 anos de idade era de 21,1% para os homens e de 30,5% para as mulheres em 1997. Dados de uma crise geral que põem em cheque as noções mais tradicionais de domesticidade e do homem como produtor e provedor.

Me interessa enfatizar o caráter histórico das diferenças de gênero no exercício do poder e da dominação. A imutabilidade das mudanças na condição



feminina vitimizada é só uma estação nos estudos provenientes do campo da história das mulheres, é mais importante fixar o olhar sobre o permanente e o emergente nas palavras de Raymond Williams. No longo tempo da história do trabalho (o que permanece) foram se consolidando os elementos de uma linguagem trabalhista sexuada e discriminatória; em troca, os tempos curtos permitem analisar situações de conflito onde se balbuciam os interesses de classe e de gênero. Neste sentido, em um texto como o de Daniel James sobre questões de gênero durante o peronismo, o emergente toma a denominação de estrutura de sentimentos e, por isso, as mulheres podem expressar-se com uma linguagem própria dentro de um sistema de relações não igualitárias.<sup>10</sup>

As palavras pronunciadas pelas trabalhadoras - muitas vezes sob o impulso dos interesses dos historiadores - permitem examinar a importância que adquire o discurso da domesticidade e da maternidade para que se produza (se é que se pode) a identificação da mulher como trabalhadora. Atendendo as “marcas do gênero” se estabelecem as tensões em torno da relação entre trabalho doméstico e extradoméstico, do trabalho como “necessidade” e da noção de complementaridade. Além do mais é possível analisar como funcionou essa dificuldade para construir identidades (de classe e gênero), assim como a conformação de mecanismos de auto-exclusão, de aceitação acrítica dos postulados do movimento trabalhador organizado, às vezes de rechaço às práticas dos sindicatos e sua relação de subalternidade, discriminação e iniquidade imposta ou consentida no mundo do trabalho.

Se nos espaços do trabalho se movem atores sexuados isto inclui fantasias, desejos, prazeres (recordo aqui os textos de Margareth Rago), o que influencia também na conformação das relações de poder e de dominação: condutas, práticas administrativas, organização lógica da avaliação do trabalho e mecanismos promoção. Aparecem também as noções que servem para que as classes subalternas expressem sua própria condição. Neste sentido, o trabalho sobre os discursos produzidos na situação de entrevista (o que foi generalizado como história oral no campo dos historiadores desde a década de setenta do século XX) permite unir esse caráter singular e social das subjetividades que se constroem com os fenômenos estruturais. Nas mulheres que falam de sua experiência trabalhista, o argumento da *necessidade* justifica o ingresso em trabalhos considerados impróprios para mulheres, pois ao consolidar-se o ideal maternal como fundamental para a mulher foi se impondo uma oposição ao trabalho extra-doméstico, salvo em caso de necessidade. A fábrica e a oficina foram se convertendo em sinônimo de prostíbulo e em boa medida o discurso da domesticidade levou a ignorar os modos que adquiriu o trabalho por um salário das mulheres em âmbitos tal como o próprio lar, as fábricas e as oficinas.

Também a divisão entre espaço público e privado é um elemento importante do discurso da domesticidade. A divisão das esferas em públicas e privadas que acompanhou segundo uma extensa literatura o desenvolvimento do capitalismo e o processo de construção da modernidade, é posta em questão porque o trabalho fabril (público) interfere permanentemente na vida privada (no cuidado do lar). Apoiando-se em uma dicotomia imaginária se organizaram os sistemas sociais e se estabeleceram normas que definem espaços de competência para atividades econômicas, políticas e culturais. Na Europa este processo de situa em fins do século XVIII e na América Latina a partir do século XIX quando a “doutrina” das duas esferas excludentes de atividade humana (o público e o privado) surge como componente da ideologia vitoriana sobre a mulher, apoiada e reforçada por novas formas de organização econômica e social que foram redefinindo as relações familiares e a divisão sexual do trabalho.

Esta ideologia se viu reforçada pelas teorias funcionalistas para as quais os processos de industrialização e modernização dos séculos XIX e XX criaram dois mundos separados: a “família” e o “trabalho” e uma sociedade dividida em duas esferas de ação: a pública e a privada. Enquanto a família deixou de ser uma unidade de produção para transformar-se em uma do tipo emocional, a produção material de bens passou a realizar-se socialmente fora do lar e se enfatizou que entre ambos espaços não haveria nenhum tipo de interferências.<sup>11</sup> A separação entre a família e o trabalho, entre produção doméstica e formas socializadas de produção, reconfigurou as antigas divisões do trabalho entre homens e mulheres. As esferas públicas e privadas se apresentaram como dicotômicas, divididas, não somente no espaço mas também pelas atividades realizadas e pelo sexo dos sujeitos.<sup>12</sup>

Os componentes básicos desta ideologia eram: a) separação rígida das esferas de participação do varão na área pública de produção e da prática política e a relegação da mulher à esfera doméstica, ao lar e à família; b) a idealização da mulher mãe e da feminilidade mediante o “culto da verdadeira mulher” e por último, c) a dupla moral sexual e a consideração da mulher como ser assexuado, cujo impulso a maternidade seria análogo ao impulso sexual do varão.<sup>13</sup>

Esta visão tingiu também os estudos procedentes do campo feminista e se produziu a identificação do espaço público como o lugar do trabalho que gera receitas, a ação coletiva, o poder, em uma palavra onde se produz e transcorre a história; e ao mundo privado como o do doméstico, do trabalho não remunerado nem reconhecido como tal, o das relações familiares, os afetos, a vida cotidiana. O primeiro era exclusivamente (ou quase) masculino e o segundo feminino. Esta visão encerrava um correlato de caráter político; se a mulher permanecia confinada aos estreitos limites do mundo privado, um mundo que era distante dos



âmbitos de decisão e de poder, sua incorporação a esfera pública estaria acompanhada de uma maior integração a essas esferas de decisão. Até então para as mulheres de qualquer classe social seu ingresso ao mercado de trabalho significaria também uma paulatina liberação das ataduras que lhe impunha sua domesticidade. Sem dúvida no trajeto percorrido desde os inícios das pesquisas sobre estes temas e a produção mais recente que procura analisar o território do privado que não abundam os estudos que mostram os limites da dicotomia público-privado.

Não são os únicos desafios, qualquer balanço crítico permite visualizar que a produção historiográfica privilegiou as análises dos espaços femininos em detrimento das relações com o mundo masculino. Desta observação surge também a necessidade de analisar as “masculinidades” incluindo a homossexualidade, mas advertindo que se esses estudos ampliam o horizonte historiográfico não produzem imediatamente maior conhecimento sobre o modo em que se articulam as relações trabalhistas e de poder nos espaços de trabalho e sobre as consequências das agudas transformações ao finalizar o século XX. Aqui quero assinalar que as propostas que surgem para discutir as mudanças atuais na vida do trabalhador (raras vezes se incluem as trabalhadoras) como as de Marcel van der Linden, ainda que importantes em seus próprios contextos, reconhecem tardiamente os debates sobre a subalternidade impulsionadas pela historiografia da Índia e que, para o caso específico dos estudos das populações andinas da América Latina, tem chegado mediatizados pela reflexão acadêmica dos Estados Unidos assim como se desconhecem as discussões (certamente com nenhum impacto nos EUA) sobre o uso da categoria setores populares que teve difusão na Argentina, Chile e Uruguai.<sup>14</sup>

O trabalho e suas condições formaram parte da experiência trabalhista das mulheres e a constituição da domesticidade como fundamental para elas produzia inumeráveis conflitos em suas vidas. A participação nas grandes associações e os protestos se encontram no centro desses conflitos. As mulheres foram protagonistas de protestos que se produziam em diversos espaços de trabalho. Houve momentos em que se integraram aos números conflitos que realizavam em fábricas e oficinas onde homens e mulheres compartilhavam suas tarefas. Em outras ocasiões exigiram melhores salários e tratamento em espaços de trabalho exclusivamente femininos e em numerosas oportunidades defenderam as demandas dos trabalhadores varões em tarefas exclusivamente masculinas. As características e as modalidades que esses conflitos tiveram não foram estudados em profundidade ainda que tenham aparecido alguns trabalhos que busquem analisar greves e manifestações nos marcos de uma contínua tensão entre papéis socialmente aceitos e práticas cotidianas que os põem em questão.<sup>15</sup>

As historiadoras das mulheres temos feito visível sua presença nos espa-

ços públicos e nos protestos. O conceito de resistência, diria melhor resistência *versus* dominação e consentimento, foi um modo de aproximar-se a discursos e práticas que falam de zonas cinzentas onde convergem imposição e liberdade, formas subreptícias de fazer, de protestar que falam das mulheres reivindicando uma forma de cultura feminina, que de algum modo obriga a compreender, analisar e explicar de que modo se constitui essa cultura feminina e no interior de um sistema de relações não igualitárias.

As omissões sobre a participação trabalhista das mulheres são um lugar comum nas histórias do trabalho do passado. Não faz muito tempo Daniel James assinalou a propósito de seu livro *Doña María's Story* que esse texto havia sido uma espécie de expiação por haver ignorado em seu livro sobre a classe trabalhadora peronista o papel da mulher trabalhadora. Essa troca era o resultado da influência que haviam produzido nas perguntas e em suas pesquisas as mudanças no campo intelectual – é certo que na academia norte americana – os debates sobre as classes subalternas, impulsionados pelo grupo de historiadores da Índia, as mudanças na história oral e os temas gênero. Todas essas questões estão de fato disponíveis para os historiadores e historiadoras e ainda que não proponha que se as tome acriticamente sustento que podem ajudar a repensar velhos problemas, claro que se requer certa sensibilidade e capacidade para romper com velhas tradições ou simplesmente para modifica-las, matiza-las ou reelaborá-las. O QUE FAZER com tudo isto é um dos maiores desafios.

Se tomei as palavras e o texto de James como pretexto para encerrar esta apresentação sobre as conflituosas relações entre a história/historiadores dos trabalhadores e a história/historiadoras das mulheres/gênero é porque isso permite também voltar a colocar o impacto sobre ambos pólos da equação produziram as transformações nas tradições historiográficas.

Em um nível a história das mulheres trabalhadoras (e as historiadoras que a praticam) encarna a figura do “outro” (trabalhista e acadêmico), sem dúvida creio que o benefício seria mútuo para a história do trabalho e os estudos de gênero se o diálogo fosse mais intenso. Do mesmo modo entendo que são maiores as convergências do que as confrontações entre os diversos modos de se fazer história. Não encontro uma oposição radical entre uma análise que contemple a formação da experiência trabalhista e a construção de uma linguagem de gênero nas fábricas e outro que enfatize sobre o campo das representações como abstração, teoria e discursividade. A experiência não é oposta à representação, pois a primeira fala de contextos históricos sociais, de subjetividades em contexto e de posições em diversos tipos, inclusive institucionais, através dos quais se comunicam e recriam os sentidos de uma vida.



Este gesto historiográfico implica também uma postura epistemológica: reconhecer as dificuldades para recompor as grandes narrativas históricas; aceitar a existência de vazios e silêncios que sulcam toda a narrativa histórica, reconhecer as limitações do conhecimento que se apoiava em uma visão universal masculina. A aceitação de que o conhecimento é fragmentário e parcial coloca em um lugar problemático a idéia de que só existe um passado verdadeiro e único. Como na arqueologia, nós historiadores e historiadoras, vamos retirando camadas de resíduos acumulados, cada uma dessas camadas é uma parte de uma realidade cognoscível, o que tem desaparecido é um único núcleo capaz de conter cada uma das partes. Tradicionalmente na história do movimento trabalhador este núcleo estava constituindo pela classe trabalhadora, associada ao trabalho e a produção, reunidos em suas instituições políticas e sindicais. A identidade de classe era tão forte como poderosa. Ao incorporar as relações de gênero se assume também, ainda que sem reconhecê-lo explicitamente, e às vezes sem advertir todas suas implicações, a existência de múltiplas identidades (de classe, étnicas, de gênero) algumas mais inclusivas que outras, mas permanentemente em competência. Como em qualquer mensagem humana não há transparência e como a atividade humana nossas leituras estão associadas a lente particular com a qual estamos olhando.

---

## NOTAS EXPLICATIVAS

<sup>1</sup> Ver como exemplo J. Paniagua, J.A Piqueras e V.Sanz (Eds) *Cultura social y política en el mundo del trabajo*, Historia Social 3, Valencia, 1999, as participações de John French y Marcel van der Linden na reunião da Anpuh de 2001; as reuniões convocadas para novembro de 2004 por Sephis na Holanda e no do verão de 2005 em Hyderabad (Índia).

<sup>2</sup> Marina Alves Amorin, "Combates pela história"; a "guerra dos sexos em Historiografia", in *Cadernos Pagu*, 20, 2003; Maria Izilda S. de Matos, "Estudos de gênero; percursos e possibilidade na historiografia contemporânea", *Cadernos Pagu*, 11, 1998 e Rachel Soihet, "Historia das Mulheres e Historia de Gênero; um depoimento", *Cadernos Pagu*, 11, 1998.

<sup>3</sup> Jean Gardiner, "Las mujeres dentro del proceso de trabajo y de la estructura de clases", en AA.VV, *Clases y estructura de clases*, Nuestro Tiempo, México, pág. 193.

<sup>4</sup> Para o caso argentino pode se consultar Fernando Rocchi, "Concentración de capital, concentración de mujeres. Indústria e trabalho femenino em Buenos Aires, 1890-1930", in Fernanda Gil Lozano, Valeria Pita e Gabriela Ini, *Historia de las mujeres en la Argentina, Siglo XX*, Taurus, Buenos Aires, 2000.

<sup>5</sup> Mencionando apenas a literatura produzida na Argentina; Zulma Recchini de Lattes e Catalina Wainerman: "Empleo femenino y desarrollo económico: algunas evidencias", en *Desarrollo Económico* (en delante DE), vol 17, n° 66, 1977, Elizabeth Jelín, *La mujer y el mercado de trabajo urbano*, CEDES, Buenos Aires, 1978, Ruth Sautu, *El mercado de trabajo: mano de obra femenina*, Primera Historia Integral, CEAL, Buenos Aires, 1980, Catalina Wainerman, *Educación, familia y participación económica femenina en la Argentina*, CENEP, Buenos Aires, 1980, C. Wainerman y Z. Recchini de Lattes: *El trabajo femenino en el banquillo de los acusados. La medición censal en América Latina*, Terranova, México, 1981 y *Estado civil y trabajo femenino en la Argentina*, CENEP, Buenos Aires, 1983, E. Kritz, *El trabajo*

femenino: actividad doméstica y crisis económica. El caso de Argentina, OIT, Perú 1984 y La formación de la fuerza de trabajo en la Argentina, 1869-1914, CENEP, Buenos Aires 1985, E. Jelín y María del C. Feijoo, Trabajo y familia en el ciclo de vida femenino: el caso de los sectores populares de Buenos Aires, CEDES, Buenos Aires, 1989, entre otros.

<sup>6</sup> Por ejemplo: C. Wainerman y M. Navarro, El trabajo de la mujer en la Argentina: un análisis preliminar de las ideas dominantes en las primeras décadas del siglo XX, CENEP, Buenos Aires, 1979, C. Wainerman, "La mujer y el trabajo en la Argentina desde la perspectiva de la Iglesia Católica a mediados de siglo", en Desarrollo Económico, Vol. 21, Nº 81, 1981 y C. Wainerman y R. Berk de Rajman, La división sexual del trabajo en los textos de la escuela primaria: un caso de inmutabilidad secular, IDES, Buenos Aires, 1984 e Catalina Wainerman, "La feminización de la enfermería, en Jornadas de los Trabajadores en el Siglo XX, Fundación Simón Rodríguez, 1991.

<sup>7</sup> Paul Thompson: The nature of work: an introduction to debates on the labour process, The Macmillan Press, 1983, Anthony Giddens and David Held Ed.: Classes, Power, and Conflict. Classical and Contemporary Debates, Hong Kong, The MacMillan Press, 1983, Julio Neffa: El proceso de trabajo y la economía de tiempo, Bs.As. Humanitas, 1990 y Martha Roldán: "La 'generización' del debate sobre procesos de trabajo y reestructuración industrial en los 90. ¿Hacia una representación androcéntrica de las modalidades de la acumulación contemporánea?", in Estudios del Trabajo, Nº 3, janeiro- junho de 1992.

<sup>8</sup> Martha Roldán, Op. Cit. pág. 89.

<sup>9</sup> Arlette Farge, "La historia de las mujeres y la historia del género: aspectos de un debate internacional", Historia Social, 9, 1991.

<sup>10</sup> Daniel James, Doña María's Story. Life History, Memory and Political Identity, Duke University Press, Durham and London 2000.

<sup>11</sup> Elizabet Peck, "The Worlds is one: Work and Family", en Journal of Social History, 10, 2, 1976.

<sup>12</sup> A leitura de J. Habermas, Historia y crítica de la opinión pública, GG Mass Media, México 1986 permite pensar o público e privado, e a crítica de Nancy Fraser suas limitações. Nancy Fraser, "Reconsiderando la esfera pública: una contribución a la crítica de la democracia realmente existente", en Entrepasados, 7, 1994.

<sup>13</sup> Mary Nash, "Nuevas dimensiones en la historia de la mujer", en Presencia y protagonismo. Aspectos de la historia de la mujer, Serbal, Barcelona, 1984, pág. 38-39. Marcela Nari, tese de doutorado.

<sup>14</sup> Marcel van der Linden, "El fin del eurocentrismo y el futuro de la historia del trabajo; o por qué debemos y podemos reconceptualizar la clase obrera", en J. Paniagua, J. A. Piqueras y V. Sanz (eds.) Cultura social y política en el mundo del trabajo, Biblioteca Historia social, 3, Valencia, 1999. Sobre os estudos subalternos há uma tradução ao espanhol dos trabalhos mais importantes do grupo em Silvia Rivera Cusicanqui e Rossana Barragán, Debates post coloniales; Una introducción a los Estudios de la Subalternidad, Saphis, Aruwiyiri, La Paz (Bolivia), 1997.

<sup>15</sup> Mirta Zaida Lobato, "Mujeres obreras, protesta y acción gremial en la argentina: los casos de la industria frigorífica y textil en Berisso" en Dora Barrancos (comp.), Historia y género, Ceal, Buenos Aires, 1993 e Débora D'Antonio, "Representaciones de género en la huelga de la construcción, Buenos Aires, 1935-1936", en Fernanda Gil Lozano, Valeria Pita y Gabriela Iní, Historia de las mujeres en la Argentina, Siglo XX, Taurus, Buenos Aires, 2000, entre otros.